

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, LITERATURAS NEGRAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORA/ES

Fátima Regina Almeida de Freitas¹

Resumo: A lei 10.639/2003 já atingiu sua maioridade, mas ainda precisamos avançar muito para que as culturas e histórias africanas e afro-brasileiras cheguem às escolas. Neste relato de experiência desejo compartilhar os resultados do curso de extensão, para formação continuada para professora/es, Diversidade cultural, educação antirracista e literatura afro-brasileira infanto-juvenil, realizado de forma síncrona, em regime remoto, no ano de 2020, pelo PROAFRO, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Este curso foi assentado sobre o pensamento de intelectuais negra/os como: Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Silvio Almeida e Djamila Ribeiro, e tivemos a literatura infanto-juvenil afro-brasileira como foco de reflexão e atuação. Além de encontros quinzenais, realizamos lives/transmissões online e o curso foi finalizado com as reflexões trazidas pela/os cursistas sobre livros de literatura afro-brasileira e a promoção de uma educação antirracista. A partir de cursos como esse podemos contribuir para que mais professora/es tenham consciência da urgência de combater o racismo e que pensem em formas de fazê-lo, a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros que estão, por exemplo, nas literaturas de escritora/es negra/os como Renato Nogueira, Kiusam de Oliveira, Madu Costa e Sonia Rosa.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Valores civilizatórios afro-brasileiros. Educação antirracista. Formação de professores. Extensão universitária.

Introdução

O PROAFRO, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro da Pontifícia Universidade Católica de Goiás foi criado em 1982, com o nome de Centro de Estudos África Brasil (CEAB). Atualmente este Programa, e outros dois², compõem o Programa de Direitos Humanos, que faz parte da Coordenação de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PUC GOIÁS, 2018)

Dentre os projetos do PROAFRO, gostaria de destacar o PPER - Projeto Permanente de Enfrentamento ao Racismo, que busca dialogar com diversos grupos da sociedade civil, dentre eles, aos profissionais da educação. Este projeto se articula a partir do seguinte objetivo do PROAFRO,

Apoiar e acompanhar ações que favoreçam a implementação da Lei Federal nº 10.639/03 (11.645/2008) especialmente por meio da contribuição na

¹ Proafro, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro/Programa de Direitos Humanos - PUC Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, fatimareginaalmeida@gmail.com

² O PEC - Programa de Educação e Cidadania e o PIMEP – Programa Interdisciplinar da Mulher.



formação inicial e de professoras/es realizada na PUC Goiás e na formação continuada dessas/es profissionais nas redes públicas e instituições particulares de ensino que ofertam educação básica (PUC GOIÁS, 2018: 78)

Para cumprir este objetivo e contribuirmos com a implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, no ano de 2018 estabelecemos uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME) de Goiânia para a oferta de cursos de extensão sobre educação para as relações étnico-raciais (ERER) e literaturas negras, tendo como público a/os profissionais de educação do município.

No ano de 2018, ofertamos o curso intitulado Tertúlia literária: diálogos com escritoras africanas e afro-brasileiras, com carga horária de 40 horas. Optamos por realizar uma tertúlia literária, em que nos reunimos para dialogar, a partir da leitura prévia de 5 livros, de 5 escritoras negras, 3 brasileiras e 2 africanas. Neste projeto tivemos também a parceria com o SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, que custeou a maior parte do valor referente à aquisição dos livros e cada professor/a pagou o restante do valor (GOMES, FREITAS e GUIMARÃES, 2018).

Em 2019³, realizamos o curso Literatura Infantil e Educação para Relações Étnico-raciais: Caminhos Teóricos, experiências e vivências, com carga horária de 60 horas. Realizamos um diálogo a partir das literaturas afro-brasileiras, negras e indígenas, a partir do empréstimo de livros da reserva técnica da SME. (FREITAS, GOMES e GUIMARÃES, 2019)

Os dois cursos anteriores foram realizados presencialmente, em parceria com a SME, mas o ano de 2020 nos trouxe novos desafios com a crise sanitária pandêmica. Neste ano as aulas na PUC Goiás (e demais instituições de ensino) passaram a ser em regime remoto emergencial, e toda/os nós precisamos aprender novas formas de educar e interagir com nossa/os aluna/os, inclusive na formação continuada.

Nesta comunicação, apresentarei resultados do curso Diversidade cultural, educação antirracista e literatura afro-brasileira infanto-juvenil, realizado de forma síncrona, em regime remoto, no ano de 2020.

³ Neste mesmo ano, a partir das leituras e diálogos sobre ERER e literaturas infanto-juvenis, decidi iniciar o projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulado Antropologia, literatura infantil e educação: representações sobre a diversidade étnico-racial em livros de autora/es brasileira/os. Este conta com três aluna/os orientanda/os, será finalizado este ano e as reflexões produzidas aqui nutrem as ações de extensão e vice-versa.

Objetivos

- Contribuir para a formação inicial e continuada de aluna/os, professora/es e comunidade em geral, sobre educação e diversidade étnico-racial, a partir da literaturas afro-brasileiras infanto-juvenis.
- Compreender como o racismo, em suas diferentes dimensões, está presente em nosso cotidiano e de que forma podemos contribuir para rompê-lo.
- Refletir, de forma coletiva, sobre as possibilidades de construção de uma educação antirracista e emancipatória, pautada nos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Procedimentos metodológicos

Dentre os muitos desafios que a crise sanitária nos trouxe, não foi possível estabelecer a parceria com a SME e optamos por realizar um curso de extensão, com encontros síncronos, e com uma duração menor do que os anteriores (12 horas).

O curso intitulado Diversidade cultural, educação antirracista e literatura afro-brasileira infanto-juvenil aconteceu a partir de encontros quinzenais síncronos, com duas horas de duração, realizados entre os dias 25 de setembro e 20 de novembro de 2020. Foram 5 encontros realizados a partir da ferramenta Google Meets. Neste período interagimos também através da ferramenta Google sala de aula, realizando diálogos e compartilhamento de conteúdos. Abaixo um cronograma com as datas e temas dos encontros síncronos.

Data	Tema
25/09	Aproximações: o que nos traz aqui?
09/10	Diversidade cultural, educação para as relações étnico-raciais e literaturas infantis
23/10	Valores civilizatórios afro-brasileiros e literaturas infanto-juvenis
06/11	Educação antirracista e literaturas infanto-juvenis
20/11	Além do “Dia da Consciência Negra”



Durante o curso priorizei os conhecimentos construídos por intelectuais negra/os, tais como: Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Silvio Almeida e Sueli Carneiro, essa é/foi uma posição ética e política, exatamente por compreender a necessidade rompermos com o epistemicídio (CARNEIRO, 2005). Dentre a/os escritora/es negra/os que produzem literaturas infanto-juvenis priorizei a/os seguintes: Sonia Rosa, Kiusam de Oliveira, Renato Nogueira, Madu Costa e Rodrigo França, por buscar não apenas a necessidade de abordar protagonistas negra/es, mas também a autoria negra.

Tivemos como parte integrante desta formação a realização de duas transmissões online/lives, na página do Instagram do Programa de Direitos Humanos (<https://www.instagram.com/pdhpucgoias/>), uma sobre Afrobetização e educação emancipatória, com a doutoranda em comunicação Zanza Gomes (no dia 16/10), e outra sobre Autoria de literatura infantil e educação antirracista- uma experiência, com a doutora em educação Lucimar Dias (no dia 04/12).

No dia 20/12, a/os cursistas socializaram os resultados de uma atividade, que foi proposta no primeiro dia do curso, e realizada em grupos (de até quatro pessoas). Cada grupo deveria escolher um livro de literatura afro-brasileira, negra e/ou africana, realizar a leitura e análise, e produzir um vídeo curto (de até 4 minutos), trazendo a apresentação do livro e uma reflexão sobre suas contribuições para a promoção de uma educação antirracista.

Discussão e resultados

Neste curso foram ofertadas 50 vagas e tivemos 172 pessoas inscritas, a partir de um formulário do Google Forms, disponibilizado junto com a divulgação do curso. Realizamos um processo de seleção que contemplou primeiramente a/os professora/es que atuam na educação básica e/ou ensino superior, e em seguida, a seleção foi feita a partir das respostas à seguinte pergunta: “Quais suas motivações e suas expectativas em relação a este curso?”

A/os cursistas selecionada/os indicaram como principal motivação a necessidade de aprender/dialogar sobre educação para as relações étnico-raciais, para combater o racismo vivenciado cotidianamente, muita/os relataram também não terem vivenciado estes debates nas escolas e nem tido acesso a livros de literatura com protagonistas negra/os na infância.

Autoras negras como Heloísa Pires Lima (2005) e Débora Cristina de Araújo (2018), apontam a reprodução de estereótipos e construção da inferiorização de pessoas negras, a partir de muitos livros de literatura infanto-juvenil, inclusive os adotados nas escolas brasileiras.

Embora as autoras escrevam em tempos diferentes (13 anos separam a publicação de seus textos), notamos uma continuidade destas representações ainda hoje.

Para a intelectual negra Iris Amâncio (2014), a Lei 10.639/2003 representou um rito de passagem na educação brasileira, pois rompe com um imaginário racista, que constrói e reproduz imagens da população negra de forma animalizada, objetificada e subalternizada, potencializando o “resgate da auto estima, bem como a reconfiguração da identidade negra” (AMÂNCIO, 2014: 44) de forma positiva e afirmativa.

Podemos notar que após a aprovação desta Lei muitas escolas passaram a adotar livros de literatura afro-brasileira, negra e africana, muitas editoras passaram a publicar mais essas literaturas, além de ter ocorrido o surgimento de editoras negras, como é o caso da Editora Nandyala, criada em 2006, pela própria Iris Amâncio e por Sonia Margarida Rocha, ambas professoras e militantes do movimento negro. Mais recentemente podemos citar também a fundação das editoras Kapulana (em 2012), Malê (em 2015) e Aziza (2019).

Voltando a nosso curso, um dos objetivos era o de oportunizar que a educação para as relações étnico-raciais acontecesse, tendo a literatura afro-brasileira infanto-juvenil como elemento de mediação, pois nas formações de professora/es (sobre ERER) ouvimos repetidamente que ela/es não sabem como abordar o racismo em sala de aula. Acreditamos que a abordagem das literaturas seja uma forma bastante interessante, instigante e lúdica de fazer isso, pois como afirma a escritora negra, que mais publicou literatura infanto-juvenil em nosso país, Sonia Rosa: “é importante ler para os pequenos para que entendam mais sobre a escola, sobre a vida, sobre nós (o coletivo) e sobre eles mesmos (o individual)”. (ROSA, 2017: 25)

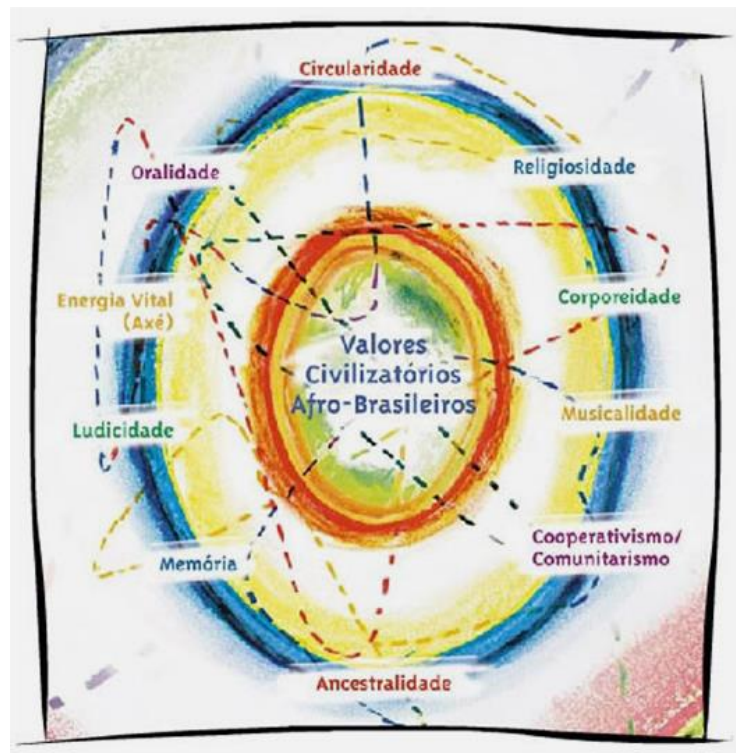
Durante o curso foi possível dialogar sobre a trajetória de escritora/es negra/os brasileira/os, sobre como os valores civilizatórios afro-brasileiros podem ser ensinados a partir destas literaturas, e sobre algumas possibilidades de construção de uma educação antirracista (dentro e fora da escola). Em um trabalho anterior (FREITAS, 2020), tratei um pouco sobre como podemos refletir sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros a partir de dois livros infanto-juvenis, de autoria negra brasileira.

Temos dez valores civilizatórios afro-brasileiros, que foram articulados pela educadora negra Azoilda Trindade, são eles: ancestralidade, circularidade, cooperativismo, corporeidade, energia vital, oralidade, ludicidade, memória, musicalidade e religiosidade. Segundo a mesma

Temos valores marcados por uma diversidade, somos descendentes de organizações humanas em processo constante de civilização – digo processo, e não evolução. Como afro-brasileiras e afro-brasileiros, ciosas/os e

orgulhosa/os desta condição, em diálogo com valores humanos de várias etnias e grupos sociais, imprimimos valores civilizatórios de matriz africana à nossa brasilidade que é plural. (TRINDADE e BRANDÃO, 2010: 13)

Abaixo temos uma representação gráfica destes valores, disponível no site (e nos materiais) do Projeto A Cor da Cultura. Este projeto realizado pelo Ministério da Educação, Fundação Palmares, Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro, Petrobrás, Rede Globo e Fundação Roberto Marinho, criou várias produções audiovisuais e escritas⁴ para subsidiar a implementação da Lei 10.639/2003, além de ofertarem cursos de formação para professora/es em todo o Brasil, a partir destes materiais⁵, que foram distribuídos para as escolas públicas.



Fonte: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>

Dentre os materiais distribuídos, havia DVDs, CD, um jogo e uma série com 5 volumes de Caderno do Professor, intitulados: 1-Modos de ver, 2-Modos de sentir, 3-Modos de interagir, 4-Modos de fazer e 5-Modos de brincar. Nestes volumes há teorias e propostas de

⁴ Que podem ser acessadas a partir do link: <http://www.acordacultura.org.br/>

⁵ Tive a possibilidade de realizar este curso, na cidade de Goiânia, no ano de 2013.

práticas pedagógicas para a implementação da Lei 10639/2003, a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Voltando ao curso e ao perfil das cursistas, tivemos 50 pessoas selecionadas. A partir das respostas ao formulário de inscrições, destaco algumas informações. Quanto a identidade de gênero, eram 45 eram mulheres e 5 homens. Quanto à raça/etnia (segundo pergunta com resposta aberta), 36 pessoas se autocalificaram como negra/os, parda/os e preta/os, 1 como afrodescendente, 1 como latina, 1 como indígena e 8 como branca/o.

Quando perguntadas se já haviam realizado alguma formação sobre EREER, 40 afirmaram que não. Dezesesseis pessoas eram professor/as ou auxiliares de atividades educativas e as demais graduando/as e graduada/os em diversos cursos, tais como: pedagogia, letras, história, direito e jornalismo.

Durante todo o curso tivemos um bom envolvimento da/os aluna/os nos debates propostos e na realização da atividade final, mas apenas 17 foram certificada/os, por terem alcançado os 75% de presença nos encontros síncronos, e terem apresentado o trabalho final. A evasão deve ser pensada a partir de várias questões, dentre elas o contexto da pandemia, que coloca a toda/os nós em um momento de insegurança física e emocional, e em grande sobrecarga de trabalho, especialmente para as mulheres (maioria das cursistas).

Enviamos a toda/os um formulário (no Google Forms) para avaliação do curso, 21 pessoas responderam e os resultados forma bastante satisfatórios, destaco alguns a seguir. Realizamos escalas de 1 a 5 para medir o nível de satisfação, e as perguntas na seguir foram atribuídas notas máximas, por toda/os a/os cursistas: 1.A professora demonstrou domínio e conhecimento do tema?; 2.As discussões e as metodologias foram coerentes com os objetivos propostos?; 3.As dúvidas e questionamentos foram esclarecidos pela professora?; 4. O conhecimento apreendido, por meio deste curso de extensão, foi o esperado no aprimoramento de sua vida profissional/pessoal?

Refletindo sobre a formação de professora/es para a EREER, as educadoras negras Nilma Lino Gomes e Petronilha Silva afirmam que

a articulação entre a formação de professores/as e diversidade étnico-racial pode ser entendida como um importante desafio para o campo da educação e como mais uma competência pedagógica a ser construída e praticada pelos educadores e educadoras. (GOMES e SILVA, 2002: 14).

Este era um objetivo nosso, que a/os professora/es pudessem ampliar seu entendimento sobre relações étnico-raciais no Brasil e sobre como a necessidade de se desenvolver práticas

antirracistas diariamente nas escolas e fora delas. Por fim, gostaria de compartilhar alguns comentários escritos pela/os cursistas, e a partir deles reforçar a importância de cursos como esse, em tudo nosso país.

Cursista 1: "Amei o curso, não tenho nenhuma crítica. Me emocionei com histórias e relatos contados e me vi na maioria delas."

Cursista 2: "O curso contribuiu muito com minha pesquisa de iniciação científica, e com minha formação como professora e como mulher negra."

Cursista 3: "Foi extremamente importante participar deste curso de extensão, as discussões contribuíram para minha formação como pedagoga e nas minhas ações cotidianas."

Cursista 4: "Foi um curso importantíssimo como dispositivo de uma educação antirracista e potencialmente formador de novos pensamentos/sentimentos acerca da identidade, história e cultura africana e afro-brasileira desde a Literatura. Foi importantíssimo para a minha formação humana pessoal e profissionalmente." (Comentários em resposta ao formulário de avaliação do curso)

Considerações finais

Desejamos (e precisamos) realizar mais cursos de formação continuada para professora/es e licencianda/os sobre EREER, e nesse ano (2021), estou ofertando um curso muito parecido com este, objeto do presente relato de experiência, para conseguir alcançar ainda mais pessoas, especialmente professora/es e licencianda/os.

As pesquisas sobre implementação das Leis 10639/2003 e 11.645/2008 também são fundamentais para pensarmos sobre avanços, retrocessos e possibilidades de construção. Há dezena de intelectuais refletindo sobre isso no Brasil todo e decidi me juntar a ela/es, pois este ano ingressei no doutorado em Antropologia Social (UFG) para tratar das relações étnico-raciais na educação básica, no município de Goiânia.

Sabemos que o racismo é estrutural e que não é fácil rompê-lo, mas acredito que por meio do trabalho organizado e sistemático, e do encontro de pessoas que desejam aprender para transformar seu cotidiano, que podemos avançar em busca de uma sociedade mais justa e democrática. Uma educação antirracista é direito e dever de toda/os nós, pessoas negras e brancas que se incomodam com as desigualdades sociais/raciais, e que buscam construir uma escola que seja espaço de valorização das diferenças e das identidades, e que promova o aprendizado e a autoestima de aluna/os de todos os pertencimentos étnico-raciais.

Referências

AMÂNCIO, Iris. Lei 10.639/2003, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. In: AMÂNCIO, Iris. GOMES, Nilma Lino e JORGE, Miriam Lúcia (orgs). **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 31-46.

ARAÚJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil.

Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 61-76, maio/jun. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-61.pdf> Acessado em: 12 de outubro de 2020.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm Acesso em: 16 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei no 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 16 de junho de 2020.

FREITAS, Fátima. Valores civilizatórios afro-brasileiros, educação e literatura infantil negra brasileira. **Anais do VI Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás**. Goiânia: PUC Goiás, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020. Disponível em:

https://eventos.pucgoias.edu.br/apps-admin/anais_trabalho_impressao.asp?ACAO=TRABALHO_IMPRESSAO&EVE_IDEN=11&TRA_IDEN=5873. Acessado em: 07 de maio de 2021.

FREITAS, Fátima; GOMES, Marcilene e GUIMARÃES, Warlúcia. Literatura infantil e educação para relações étnico-raciais: caminhos teóricos e metodológicos. In: PEREIRA, Milca et al. **Anais V Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás**. Goiânia: PUC Goiás, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019. Disponível em:

https://eventos.pucgoias.edu.br/apps-admin/anais_trabalho_impressao.asp?ACAO=TRABALHO_IMPRESSAO&EVE_IDEN=3&TRA_IDEN=3709. Acessado em: 07 de maio de 2021.

GOMES, Marcilene; FREITAS, Fátima e GUIMARÃES, Warlúcia. Tertúlia literária:

diálogos com escritoras africanas e afrobrasileiras. **Anais do IV Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás: Ciência para a Redução das Desigualdades**. Goiânia: PUC

Goiás, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018. Disponível em:

<http://www2.pucgoias.edu.br/anais/2018/PDF/anais2018.pdf>. Acessado em: 07 de maio de 2021.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. O desafio da diversidade. In:

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 11-26.

LIMA, Heloísa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabenguele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005, p. 101-115.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC GOIÁS). Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil. Coordenação de Extensão. **Projeto Pedagógico do Programa de Direitos Humanos**. Goiânia, 2018.

ROSA, Sonia. **Entre textos e afetos: formando leitores dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

TRINDADE, Azoilda e BRANDÃO, Ana Paula (org.). **Modos de brincar: Caderno de saberes, fazeres e atividades. Projeto A Cor da Cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.